

COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA
COMUNICADO N.º 05/2017
Maputo, 26 de Outubro de 2017

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique, reunido hoje, dia 26 de Outubro de 2017, decidiu reduzir a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 50 pontos base, para 21,00%.

Adicionalmente, o órgão reduziu as taxas da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 50 pontos base, para 22,00% e 15,50%, respectivamente, bem como o Coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 100 pontos base, para 14,00%.

As decisões do CPMO visam, em primeira instância, alinhar a postura de política monetária com as perspectivas de evolução da inflação no curto prazo. No mês de Setembro, a inflação homóloga desacelerou para 10,76% e as projecções do Banco de Moçambique indicam que a inflação em Dezembro de 2017 poderá situar-se em um dígito. As evidências crescentes de materialização de alguns dos riscos assinalados em comunicados de sessões anteriores do CPMO justificam a continuação de uma postura prudente na condução da política monetária. Efectivamente, o prolongamento do congelamento do apoio externo directo ao Orçamento do Estado vai exigir medidas adicionais de ajuste fiscal e a aceleração de reformas diversas que, no seu conjunto, poderão afectar o comportamento favorável que alguns indicadores macroeconómicos têm vindo a apresentar ao longo do ano em curso.

A estabilidade do Metical (MZN) face ao Dólar dos EUA (USD) e ao Rand (ZAR) continua a favorecer o abrandamento da inflação. Com efeito, o USD esteve cotado em 61,00 MZN no dia 23 de Outubro, ligeiramente abaixo dos 61,21 MZN observados no dia 10 de Agosto. O ZAR, na mesma data, esteve cotado em 4,47 MZN, contra 4,57 MZN a 10 de Agosto.

As Reservas Internacionais do Banco de Moçambique continuam a fortalecer-se. Até 20 de Outubro, as Reservas Internacionais Brutas do País incrementaram para USD 2.514 milhões¹, suficientes para cobrir 6,1 meses de importações de bens e serviços, excluindo os grandes projectos, num contexto em que as vendas efectuadas pelo BM foram de USD 365 milhões, destinados a participar na factura de importação de combustíveis líquidos.

¹ Correspondente a Reservas Internacionais Líquidas de USD 2.291 milhões.

Dados provisórios mostram que o défice comercial reduziu substancialmente no terceiro trimestre de 2017. O valor das exportações aumentou em USD 991 milhões, em termos anuais (a maior contribuição foi prestada pelos grandes projectos de carvão e alumínio), perante uma redução das importações em USD 108 milhões (incluindo as dos sectores tradicionais da economia).

A actividade económica continua a desacelerar. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a economia moçambicana cresceu apenas 3,0% no segundo trimestre do corrente ano, quando comparado a igual período de 2016, cifra muito abaixo da tendência média histórica de crescimento de 7%. Adicionalmente, informações referentes a Agosto apontam para a deterioração do índice de clima económico pelo segundo mês consecutivo, o que sugere o prolongamento da desaceleração da economia.

A concentração da liquidez no Mercado Monetário Interbancário acentuou-se, ao incrementar em 12.904 milhões de MZM para um saldo de 20.656 milhões de MZN entre 10 de Agosto e 23 de Outubro, reflectindo a venda de divisas dos bancos comerciais ao Banco de Moçambique e a queda do crédito concedido à economia (10,9%, em termos anuais), num cenário em que as taxas de juro de empréstimos se mantêm altas, tendo-se as taxas de juro das operações *repo* e de permutas de liquidez entre as instituições de crédito no Mercado Monetário Interbancário situado em torno da taxa MIMO (21,50%).

Riscos de pressão inflacionária mantêm-se elevados

O nível de endividamento público interno continua a aumentar. Dados reportados ao dia 25 de Outubro de 2017 mostram que o endividamento público interno aumentou para 100,5 mil milhões de MZN contra os 97,7 mil milhões de MZN reportados na última sessão do CPMO realizada a 10 de Agosto. Este endividamento evidencia, em parte, as dificuldades que o sector público vem enfrentando na mobilização de recursos para financiar as suas despesas, num contexto em que não se vislumbra, no curto e médio prazos, o retorno do apoio externo directo ao Orçamento do Estado, o que traduz a prevalência de um risco fiscal elevado.

Outros factores de risco a ter em conta estão associados aos fenómenos climáticos extremos, à volatilidade dos preços das *commodities* e ao ambiente político nos países vizinhos, com destaque para a África do Sul, os quais, a materializarem-se, poderão condicionar a trajectória desejada dos preços de bens e serviços diversos.

Mesmo perante os riscos assinalados, o CPMO considera haver espaço para uma baixa moderada das taxas de juro, tendo deliberado:

- ✓ Reduzir, com efeitos imediatos, a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 50 pontos base, para 21,00%;
- ✓ Reduzir, com efeitos imediatos, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) em 50 pontos base, para 22,00%;
- ✓ Reduzir, com efeitos imediatos, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 50 pontos base, para 15,50%;
- ✓ Reduzir, com efeitos a partir do período de constituição que inicia a 7 de Novembro, o coeficiente de Reservas Obrigatórias para passivos em moeda doméstica e estrangeira em 100 pontos base, para 14,00%.

O CPMO continuará a monitorar os indicadores económico-financeiros e os factores de risco, e poderá tomar as medidas correctivas necessárias antes da próxima reunião do órgão, agendada para o dia 20 de Dezembro de 2017.

Rogério Lucas Zandamela

Governador